

O impasse da dívida externa do Terceiro Mundo

JOSÉ MATIAS PEREIRA

Os países do terceiro mundo (onde estão incluídos os subdesenvolvidos e os em desenvolvimento), fecharam o ano de 1988 com uma dívida de 1,3 trilhão de dólares o que equivale a 50 por cento do Produto Nacional Bruto total destas nações. Ao lado dessa triste realidade, persistem o baixo crescimento econômico nos países endividados e a transferência líquida de recursos aos credores. Essa preocupante situação, contida no mais recente relatório do Banco Mundial (Bird) possui contornos cruéis, especialmente em relação aos países endividados da América Latina.

Dos 17 países mais endividados do mundo, 12 são da América Latina e Caribe. As dívidas dos dez países latino-americanos mais endividados alcançou em 1988, a cifra de 389 bilhões de dólares, dos quais 89,8 bilhões de dólares em pagamentos de juros, o que demonstra que os grandes devedores e seus credores necessitam encontrar novas estratégias para a questão da dívida externa, caso contrário, continuarão presos num impasse.

Computados os valores pagos por esses 17 países altamente endividados do terceiro mundo em 1988, segundo estimativas do Banco Mundial, chega-se a um total de 31,1 bilhões de dólares contra 21,8 bilhões de dólares em 1987. Incluindo todos os países devedores o fluxo de dinheiro pago aos credores foi de 43 bilhões de dólares superior aos 38,1 bilhões de dólares repassados no ano anterior. Vale ressaltar que esses valores não resultantes de pagamentos de juros e amortizações do serviço de suas dívidas externas, e que são canalizados para os bancos comerciais, organismos intergovernamentais de empréstimos e para os países industrializados.

É importante lembrar que até 1982, quando os fundos tendiam a retornar aos países pobres, em forma de empréstimos e investimentos, os devedores recebiam mais que as quantias que pagavam. Na medida em que começou a ocorrer a diminuição da alocação dos recursos para investimentos, vem caindo de forma acentuada o número de empregos e a renda, além da conseqüente diminuição do aparelhamento desses países, em termos de infraestrutura, especialmente escolas, hospitais e estradas, entre outros.

Os investimentos na América Latina e Caribe (em relação ao seu Produto Interno Bruto), baixaram de 21,4 por cento em 1980 para 14,9 por cento em 1987,

e em alguns países o nível atual de investimentos é apenas suficiente para cobrir a depreciação da infraestrutura produtiva, o que explica a deterioração da renda per capita e do nível de vida na área enfocada.

Após essas considerações, pode-se afirmar que, a persistir o baixo nível de investimentos alcançados em 1987, e que segundo indicam os dados preliminares disponíveis, repetiu-se em 1988, o crescimento futuro dessas nações estará seriamente comprometido. Países como a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Costa do Marfim, Equador, Filipinas, Jamaica, Marrocos, México, Nigéria, Peru, Uruguai, Venezuela e Iugoslávia, cujas dívidas totalizam 585,6 bilhões de dólares, deverão sofrer, a médio prazo, um processo de estrangulamento nas suas economias, considerando que no período de 1988/1990 deverão desembolsar 234,6 bilhões de dólares para honrar o serviço de suas dívidas, dos quais 100,2 bilhões de dólares somente para pagamento de juros.

Diante dessa situação insustentável, é válido colocar para o debate, a nível interno e externo, os riscos e a necessidade de buscar novas estratégias para resolver o impasse vivido pelos devedores e credores. E nesse ponto deveria ser examinada, com prioridade, a criação de um organismo internacional de cooperação dos países devedores. A essa instituição caberia a responsabilidade de refinar as dívidas externas dos países devedores, partindo de critérios compatíveis com a realidade da cotação dos papéis das suas respectivas dívidas no mercado. Isso permitiria que a dívida externa dos principais países devedores fosse reduzida na mesma proporção do deságio praticado no mercado secundário.

É oportuno destacar, ao concluir, que saídas para resolver a questão da dívida externa dos países do terceiro mundo existem, como a ora proposta. Todas elas passam, no entanto, pela vontade e determinação política dos países industrializados, pois seria necessária a criação de um fundo internacional de refinanciamento, que teria de contar com o aval, entre outros, dos Estados Unidos da América, Japão, Inglaterra e França, além do próprio Banco Mundial.

José Matias Pereira é economista do Instituto de Planejamento Econômico e Social